



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

PRISCILA SALUSTIANO PAIVA

**DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO ACERVO
AUDIOVISUAL DA TV CABO BRANCO EM JOÃO PESSOA- PB.**

**JOÃO PESSOA
2016**

PRISCILA SALUSTIANO PAIVA

**DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO ACERVO
AUDIOVISUAL DA TV CABO BRANCO EM JOÃO PESSOA - PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Ma. Naiany de Souza Carneiro.

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P149d Paiva, Priscila Salustiano
Desenvolvimento das práticas arquivísticas no acervo audiovisual da Tv Cabo Branco em João Pessoa - PB [manuscrito] / Priscila Salustiano Paiva. - 2016.
55 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Naiany de Souza Carneiro, Departamento de Arquivologia".

1. Arquivo audiovisual. 2. Arquivo de emissora de televisão. 3. Centro de Documentação - CEDOC. 4. Práticas arquivísticas. I. Título. 21. ed. CDD 027.69

PRISCILA SALUSTIANO PAIVA

DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO ACERVO
AUDIOVISUAL DA TV CABO BRANCO EM JOÃO PESSOA - PB.

Aprovada em: 11/05/2016

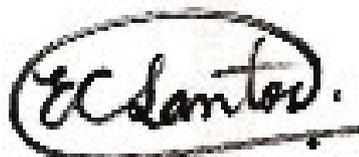
BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Naiany de Souza Carneiro/ UEPB
Orientadora



Profa. Ma. Claudialyne Araújo da Silva/ UEPB
Examinadora



Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos/ UEPB
Examinadora

Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos/ UEPB
Examinadora

*A Deus, por nunca ter desistido de mim.
Aos meus pais, por serem o meu porto seguro,
por todo amor e conquistas alcançadas.
A todos que fazem parte da UEPB,
especialmente, os colegas Arquivistas.*

Dedico!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, por ter me concedido forças para chegar até aqui.

Aos meus painhos, **Severino da Silva Salustiano** e **Adeilson Luís Carvalho e Silva**, a minha mãe, **Maria de Lourdes da Silva Paiva** e ao meu amor, **Alexandre da Silva Marinho** que estiveram sempre ao meu lado, nos momentos mais difíceis da minha vida, apoiando - me e encorajando- me a não desistir dos meus sonhos, independentemente dos obstáculos que viessem a surgir.

Ao meu pequeno príncipe, **Marcelo de Paiva Gomes**, que chegou a esse mundo para alegrar os meus dias com suas travessuras. Que meus atos possam te servir como um exemplo a ser seguido!

À Diretora Regional de Jornalismo das TVs Cabo Branco e Paraíba, **Tatiana Ramos**, ao bibliotecário e responsável pelo CEDOC da TV Cabo Branco, **Cláudio Cordeiro Caiana Júnior**, por terem me concedido a honra de explorar o universo audiovisual dessa referida empresa.

A minha orientadora, a docente **Naiany de Souza Carneiro**, por sua dedicação a cada correção desse trabalho, contribuindo assim, para o seu enriquecimento, e a todos que ajudaram- me direta ou indiretamente para a concretização dessa vitória.

“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez.”

(Jean Cocteau).

RESUMO

As metamorfoses pelas quais o homem passou associadas aos avanços da tecnologia foram as responsáveis pela progressão dos suportes, compreendendo desde as primeiras e antigas atividades de guarda, até as técnicas baseadas na informática, onde a transição do impresso ao digital passou a ser mais acentuada no período pós – guerra com a explosão documental, surgindo novos tipos de arquivos, dentre os quais, destacam-se os arquivos especiais, a exemplo dos filmes e das fitas audiomagnéticas que carecem de uma gestão documental diferenciada da aplicada ao gênero textual, em razão das suas peculiaridades. Neste sentido, o presente estudo teve como principal objetivo analisar as práticas arquivísticas desenvolvidas no arquivo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa - PB. Trata - se de um estudo de caso, de classificação empírica, abordagem qualitativa e de natureza descritiva. Concluímos que o desenvolvimento das práticas arquivísticas em acervo audiovisual é um trabalho minucioso, contínuo e interdisciplinar, o qual propõe desafios à Arquivologia e às Emissoras de Televisão, quanto à organização e recuperação das informações audiovisuais, haja vista a grande produção diária de imagens, já que a televisão é um dos meios de comunicação em massa na sociedade, atribuindo às empresas de TV o papel de custódia desse tipo de arquivo.

Palavras - chave: Arquivo Audiovisual. Centro de Documentação (CEDOC). Práticas Arquivísticas.

ABSTRACT

The metamorphosis which the men passes through associated to the technologies advances were the responsible by the progression of the holders, realizing since the first and more antiques guard activities, untill the techniques based in informatics, where the printed transition to the digital one passed to be more accented at the post-war with the documentary explosion, appearing new kind of files, among them, detach the special files, for example the films and audiomagnetic tapes that need a documentary management distinguished from the applied to the textual gender in reason of its peculiarities. In this sense, the present study had as the main objective to analyse archivist practices developed in Cabo Branco TV audiovisual file in João Pessoa-Pb. It talks about a case study, empiric classification, qualitative approach and descriptive nature. We conclude that the development of the archivist practices in audiovisual pile is a detailed, continuous and interdisciplinary work, which proposes challenges to the Archivology and the Television Network, related to the audiovisual information, organization and recovery, considering a big dialy production of images, even that the television is one of the means of communication mass in the society attributing the tv firms the custody role to this kind of file.

Key words: Audiovisual Files. Centro de Documentação (CEDOC). Archivist practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Fita BETACAM	18
Foto 2 – Porta de acesso para o CEDOC	20
Foto 3 – Porta de acesso para o Arquivo de Fitas.....	20
Foto 4 – Bibliotecária trabalhando no CEDOC da TV Cabo Branco.....	21
Foto 5 – Processo de digitalização	21
Foto 6 – Disco X - DECAM.....	37
Foto 7 – Matérias ingestadas.....	37
Foto 8 – Recuperação da informação.....	43
Foto 9 – Cadastro de matérias no Arquivo <i>Ware</i>	43
Foto 10 – Lista de controle dos Discos X - DECAM	45
Quadro 1 – Gêneros documentais.....	26
Quadro 2 – Modelo de planilha para decupagem.....	40
Fluxograma 1 – Atividades desenvolvidas no CEDOC/ TV Cabo Branco.....	37
Fluxograma 2 – Recuperação e acesso do documento audiovisual para o usuário externo do CEDOC.....	44
Fluxograma 3 – Recuperação e acesso do documento audiovisual para o usuário interno do CEDOC.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIA	Associação de Arquivistas de Imagens em Movimento
ANCINAV	Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual
BBC	Bristih Broadcast Corporation
BIT's	Binary Digit
CD	Compact Disc
CEDOC	Centro de Documentação
CI	Centro de Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDAIS	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DVD	Disco Versátil Digital
EUA	Estados Unidos da América
GT	Grupos de Trabalhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Bussines Machines
ID	Identificação
LED	Light Emitting Diode
MG	Minas Gerais
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
QBIC	Query by Image Content
SI	Sistema de Informação
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
TI	Tecnologia da Informação
TV	Televisão
VHS	Vídeo Home System
VT's	Vídeos – Teipes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	14
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
2 METODOLOGIA.....	16
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	16
2.2 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA.....	17
2.3 CAMPO EMPÍRICO.....	18
2.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	22
3 ARQUIVO, O OBJETO DA ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E EVOLUÇÃO..	23
3.1 EVOLUÇÃO DOS SUPORTES: EVOLUÇÃO DOS ARQUIVOS.....	25
3.2 ACERVO DE IMAGEM E SOM.....	26
4 ARQUIVO ESPECIAL: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADE.....	28
4.1 CONCEITUANDO O DOCUMENTO AUDIOVISUAL.....	29
5 TELEVISÃO: A PRODUTORA NATURAL DOS DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS.....	32
5.1 A TELEVISÃO NO BRASIL.....	33
6 AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS.....	35
6.1 PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS DO CEDOC DA TV CABO BRANCO.....	36
6.2 DESCRIÇÃO DOS ARQUIVOS AUDIOVISUAIS NO CEDOC DA TV CABO BRANCO.....	38
6.3 MÉTODO DE ORDENAÇÃO APLICADO AOS ARQUIVOS AUDIOVISUAIS PELO CEDOC	40
6.4 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL	41
7 SUGESTÕES DE APERFEIÇOAMENTO DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O CEDOC.....	46

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A.....	53
APÊNDICE B.....	55

1 INTRODUÇÃO

As metamorfoses pelas quais o homem passou associadas aos avanços da tecnologia foram as responsáveis pela progressão dos suportes (materiais onde as informações são registradas), compreendendo desde as primeiras e antigas atividades de guarda, até as técnicas baseadas na informática, onde a transição do impresso ao digital passou a ser mais acentuada no período pós – guerra com a explosão documental, surgindo novos tipos de arquivos, dentre os quais, destacam-se os arquivos especiais.

As práticas arquivísticas estão englobadas na gestão documental, definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.100) como “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento”. Tais práticas devem ser aplicadas de forma eficiente e eficaz, necessitando que o arquivista esteja preparado para trabalhar, sobretudo, com as novas tecnologias, aliando a teoria com a prática, alcançando assim, uma das funções dos Centros de Informação (CI) que é possibilitar a recuperação e o acesso informacional.

De acordo com Paes (2007), os arquivos especiais são aqueles que custodiam documentos em diferentes tipos de suportes, e que em função disso, necessitam de práticas arquivísticas adequadas para o seu gerenciamento, a exemplo do acervo audiovisual, composto por documentos audiovisuais, definido como “gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros” (CTDAIS, 2014, p.8 - 9), cujos são produzidos e custodiados, principalmente pelas Emissoras de Televisão (TV).

A televisão foi inaugurada no Brasil em 18 de setembro de 1950 com a TV Tupi, posicionando-se como um meio cultural, alicerçada sob os elementos políticos, econômicos e culturais, que com o apoio do Governo Brasileiro, influenciaram no desenvolvimento e integração do país.

A TV Globo (1956) foi a maior beneficiária das novas políticas governamentais, sendo o único grupo midiático que concentrou a produção audiovisual nacional, aderindo as ideias e experiências já consagradas, a exemplo da Excelsior e *Record*. Logo, a Rede Globo passou a ser a escultora da identidade nacional, segundo Bahia (2010).

Segundo ao que já foi explanado acima, o arquivo audiovisual é fruto da evolução humana e dos suportes, associado à origem do cinema e da televisão.

A natureza dessa pesquisa consiste em analisar como as práticas arquivísticas, especificamente a descrição, a ordenação e a recuperação da informação são executadas no arquivo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa-PB, podendo-se ainda, propor sugestões de aperfeiçoamento dessas práticas.

A informação é um elemento indispensável para a tomada de decisão em qualquer atividade, principalmente na Administração, independente do tipo de suporte em que esteja armazenada e diante das transformações tecnológicas em que o arquivista e as instituições devam se submeter.

Do papel ao computador, os documentos digitais são considerados mais frágeis no que diz respeito a sua integridade física, bem como a durabilidade/vitalidade de seu suporte, tornando-se obsoleto com o passar do tempo. Por esses motivos, carecem de tratamentos diferenciados quanto às técnicas aplicadas aos documentos em suporte papel, exigindo do arquivista, o desenvolvimento de estudos e adaptação ao mundo digital.

Paes (2011, p.147) salienta que “subsiste ainda a ideia, embora errônea, de que os arquivistas manipulam apenas documentos convencionais e meramente administrativos”. Entretanto, é notável a necessidade do arquivista em trabalhar com outros tipos de documentos, inclusive com os arquivos especiais, que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes, cujos necessitam de um gerenciamento diferente.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) foi promulgada a Portaria nº 90, de 27 de Maio de 2010, que cria Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), tendo por finalidade analisar, propor normatizações e procedimentos no que tange ao tratamento dos arquivos audiovisuais, iconográficos e sonoros, como também, auxiliar as instituições na elaboração de projetos que possam resultar em financiamentos para organização, preservação e acesso de seus acervos, modernizando as empresas voltadas para esse fim.

Sabendo-se que as empresas midiáticas produzem e custodiam grandes quantidades de documentos audiovisuais, e que existem princípios da Arquivologia para a sua adequada gestão, a questão dessa pesquisa consiste em querer saber como são desenvolvidas as práticas arquivísticas no acervo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa - PB?

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral e os específicos que norteiam a presente pesquisa são descritos a seguir. Porém, salientamos que este trabalho focará apenas, nos documentos audiovisuais permanentes, produzidos e armazenados no meio digital.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as práticas arquivísticas desenvolvidas no arquivo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa – PB.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Identificar como é feita a descrição dos arquivos audiovisuais no CEDOC da TV Cabo Branco;
2. Descrever o método de ordenação adotado pela empresa em seu acervo;
3. Averiguar a recuperação da informação audiovisual;
4. Propor sugestões de aperfeiçoamento das práticas arquivísticas desenvolvidas no CEDOC, com base nos princípios da Arquivologia.

1.2 JUSTIFICATIVA

Conhecer o universo das imagens, sobretudo, algumas práticas arquivísticas que são executadas no arquivo audiovisual, as quais fazem parte do “coração arquivístico”, por serem consideradas atividades inerentes ao fazer arquivístico como metaforiza Lopes (2009), justifica - se essa pesquisa por: Despertar no arquivista o interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre aos arquivos especiais, especificamente os audiovisuais, como um meio de ampliar sua visão arquivística para além dos arquivos tradicionais; Proporcionar a expansão da Ciência Arquivística, corroborando para uma reflexão e discussão mais aprofundada do fenômeno em questão, além de contribuir com um material didático da temática, agregando- o aos trabalhos acadêmicos já encontrados com foco nesse tipo de arquivo; Colaborar através das sugestões de aperfeiçoamento das práticas arquivísticas para

que o arquivo estudado continue exercendo o seu papel na Cidadania Brasileira, permitindo a recuperação e o acesso dos documentos audiovisuais em tempo hábil para os usuários.

2 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, a saber: caracterização da pesquisa, universo, amostragem, amostra, campo empírico e os instrumentos para a coleta de dados, além das visitas técnicas ao Centro de Documentação (CEDOC), ou seja, os caminhos percorridos para alcançarmos os objetivos pretendidos, cujos julgamos essenciais para a elaboração e conclusão desse trabalho, estão descritos a seguir:

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa acadêmica é uma atividade desenvolvida pelo pesquisador que busca investigar um determinado fenômeno, fazendo o uso da metodologia científica para estudar, compreender, explicar e propor soluções e/ou novos pensamentos sobre o fato pesquisado.

Em uma das suas obras intitulada, **Pesquisa Social: métodos e técnicas**, Richardson (2011, p.15) afirma que “não existe uma fórmula mágica e única para realizar uma pesquisa ideal; talvez não exista nem existirá uma pesquisa perfeita. A investigação é um produto humano, e seus produtores são seres falíveis”. Ainda em sua explanação, o autor destaca que é necessário que o investigador possua “conhecimento da realidade, algumas noções básicas da metodologia e técnicas de pesquisa, seriedade e, sobretudo, trabalho em equipe, juntamente com a consciência social”.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as práticas arquivísticas desenvolvidas no arquivo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa – PB, classificando-se como empírica, determinando a presença do pesquisador *in loco*, onde o mesmo poderá coletar e analisar os dados essenciais a seu fenômeno de pesquisa a partir de um referencial teórico, pois segundo Severino (2011), os dados não devem ser apenas coletados e expostos, mas sim, interpretados por meio de um arcabouço teórico, onde a teoria valida como científico os dados empíricos.

Por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, como explicita Richardson (2011, p.79) esta se configura “por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, diferindo do método quantitativo por não empregar um instrumental estatístico como base no processo de análise de um problema”, possuindo como seu objeto, situações complexas ou estritamente particulares. Além de sua abordagem qualitativa, a investigação caracteriza-se por sua natureza descritiva, centrando-se num estudo de caso, pois todas as dimensões do fato carecem ser exploradas de forma satisfatória.

A pesquisa de natureza descritiva, de acordo com Richardson (2011, p.326), tem como objetivo “descrever sistematicamente um fenômeno ou área de interesse. Dita descrição deve ser detalhada e objetiva”.

Quanto ao estudo de caso, Severino (2007, p.121), define como sendo:

Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular considerando, representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral.

Em suma, o pesquisador precisa ter clareza sobre o que deseja pesquisar, e como deve trabalhar para que os resultados obtidos sejam significativos, processando assim, a ciência.

2.2 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

Universo ou População é conjunto de elementos que possuem características em comum, tendo suma importância para realização de estudos específicos em uma determinada área do saber. (RICHARDSON, 2011). O universo a ser considerado nesta pesquisa são os arquivos, fundamentais para a sociedade, necessitando da aplicabilidade das práticas arquivísticas para a sua gestão.

A pesquisa adotou a amostragem classificada como não probabilística, de tipo acidental. Como enfatiza Richardson (2011), a amostragem não probabilística pode ser acidental ou intencional, selecionando os sujeitos e/ou objetos por determinados critérios. Seu tipo acidental destaca-se “por ser de utilidade em um primeiro contato com um problema de investigação, quando o pesquisador ainda não tem suficiente clareza sobre as variáveis a considerar” (RICHARDSON, 2011, p.161).

Um dos critérios estipulados para proceder à escolha da amostragem apresentada, refere-se à delimitação da amostra, a qual será abordada a seguir.

“Cada unidade ou membro de uma população, ou universo, denomina-se elemento, e quando se toma certo número de elementos para averiguar algo sobre a população a que pertencem, fala-se de amostra” (RICHARDSON, 2011, p.158). Portanto, uma amostra é um subconjunto do conjunto universal.

Os arquivos audiovisuais da TV Cabo Branco, amostra representativa desse universo, delinea-se por ser um arquivo especial, o qual segundo Paes (2011, p.147) “são aqueles que

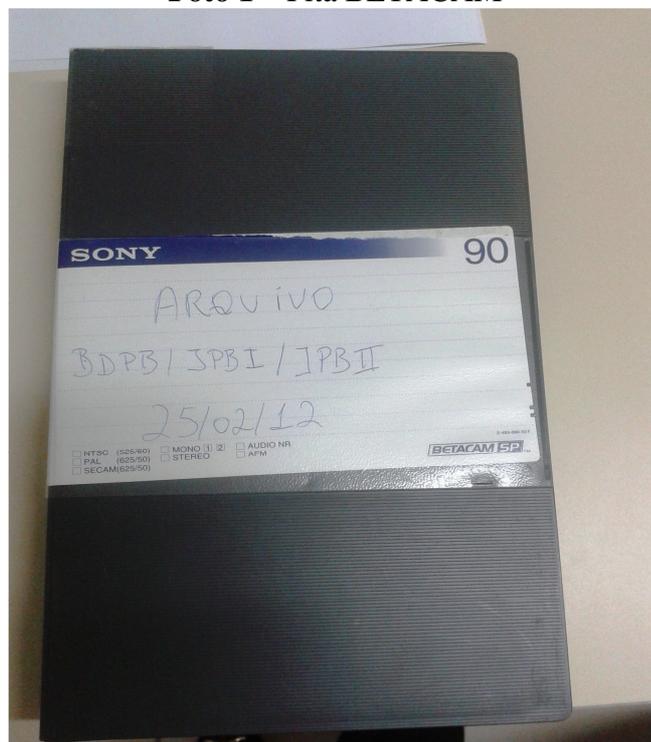
têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes, merecendo de tratamento especial [...]”.

2.3 CAMPO EMPÍRICO

O CEDOC da TV Cabo Branco foi implantado no ano de 2004, por iniciativa de Luís Augusto, Editor responsável pelo jornalismo na época, vindo da Globo Minas em Minas Gerais (MG).

Segundo Caiana (2014), bibliotecário e atual responsável pelo CEDOC da TV Cabo Branco, com base nos seus relatos concedidos por meio da entrevista (em anexo) para a elaboração deste trabalho, antes do CEDOC existir, as fitas magnéticas no formato U – Matic, anterior ao modelo BETACAM, encontravam-se desorganizadas em um armário, localizado em uma pequena sala da empresa.

Foto 1 – Fita BETACAM



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

A ausência de um arquivista para atuar no arquivo audiovisual acarretou em sua desorganização, dificultando a apresentação da retrospectiva de fim de ano, por exemplo. Eis uma das dificuldades enfrentadas pela TV Cabo Branco, desfavorecendo a sua missão e a do

CEDOC. Nesse aspecto é interessante destacarmos a diferença entre a missão de ambos, que estão relacionadas às suas atividades fim e meio.

A missão da TV Cabo Branco consiste em “produzir e distribuir conteúdo de alta qualidade ao maior número de telespectadores paraibanos, possibilitando a geração de informação, educação e entretenimento” (ONLINE, 2013). Já a missão do CEDOC é:

[...] documentar toda a produção jornalística produzida pela TV Cabo Branco, especificamente matérias e imagens, de modo a fornecer produtos e serviços adequados às necessidades dos seus usuários, contribuindo assim para a produção tele jornalística da emissora, bem como para o registro da memória da empresa e da história da Paraíba (CAIANA, 2007, p.27).

A necessidade de aperfeiçoar os serviços prestados pelo arquivo audiovisual aos seus usuários, principalmente, os internos (jornalistas, editores e produtores) culminou na proposta do nascimento do CEDOC, além de ser uma recomendação da Rede Globo para que todas as suas filiadas o possuíssem. (CAIANA, 2007).

Criar um ambiente adequado para armazenar, preservar e tratar as mídias audiovisuais era um dos objetivos a serem alcançados, diminuindo os riscos das deteriorações e a perda parcial e/ou total das informações midiáticas em razão da ação do tempo, já ocorridas pela falta de um plano de conservação.

Implantado o CEDOC, este foi gerenciado inicialmente por estagiários de Biblioteconomia que desempenhavam as tarefas de assistir fita por fita, cadastrar e indexar todo material audiovisual.

Quanto à estrutura física do setor que ainda perdura nos dias atuais, o ambiente “compreende uma sala com cerca de 12m² de área, localizada próxima aos setores de produção jornalística, o que facilita o acesso aos documentos”, climatizada e defronte ao acervo de fitas. Em relação aos materiais e equipamentos, possui alguns mobiliários projetados na época do grande uso das fitas cassetes, como armários, computadores, telefone e televisão. (CAIANA, 2007, p.31).

Foto 2 – Porta de acesso para o CEDOC. **Foto 3** – Porta de acesso para o Arquivo de Fitas.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

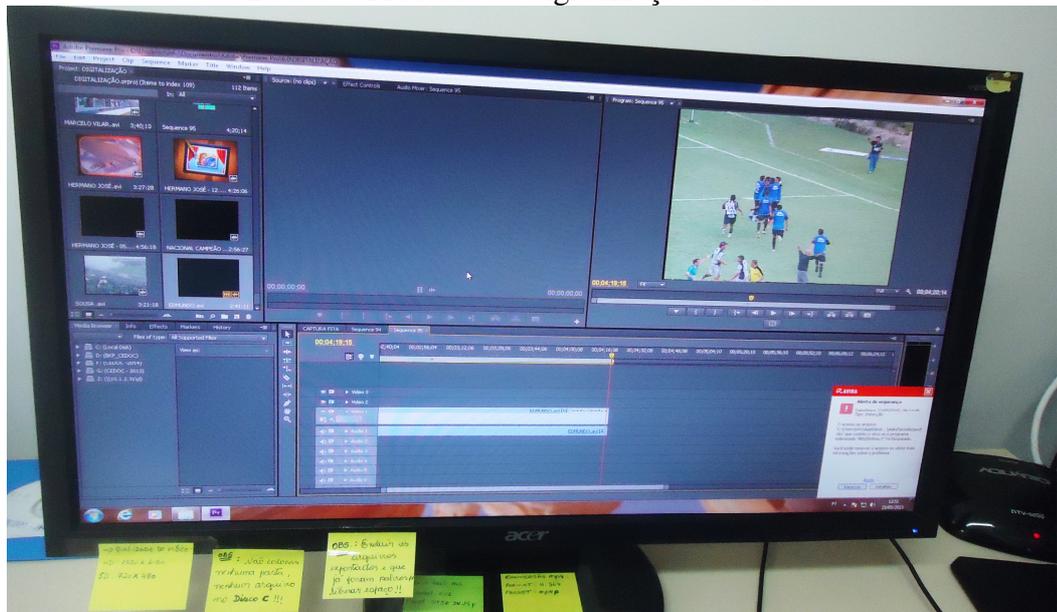
Atualmente, o CEDOC encontra-se administrado por três funcionários, sendo dois bibliotecários e uma estagiária de Biblioteconomia. Em razão da TV Cabo Branco trabalhar com o sistema *High Definition* (HD), o CEDOC opera com o Arquivo *Ware*, *software* de arquivo digital, criado pelos profissionais da Engenharia da Empresa, juntamente com base no programa CEDOC, sucessor do *Software Easynews*. Embora, saibamos que toda produção é digital, o acervo ainda comporta 4.492 fitas BETACAM, cujas informações estão sendo migradas para o sistema *Ware* através do processo de digitalização. (CAIANA, 2007).

Foto 4 – Bibliotecária trabalhando no CEDOC da TV Cabo Branco.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

Foto 5 – Processo de digitalização das fitas.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

Diante do exposto, percebe-se que o CEDOC possui uma massa documental audiovisual extensa, tanto em suporte físico como digital. No entanto, lembramos mais uma vez que a presente pesquisa centrará, apenas nos documentos audiovisuais permanentes, produzidos e armazenados no meio digital. Não obstante, compreende-se a necessidade de outras pesquisas voltadas para os documentos em suporte físico, principalmente nos eixos de preservação e conservação documental, devido aos riscos de degradação e obsolescência.

2.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados é o mecanismo pelo qual serão recolhidos os elementos relevantes para o estudo do problema explicitado, sendo um dos meios para validar as hipóteses levantadas pelo pesquisador, dando - se através de ferramentas apropriadas para cada tipo de pesquisa. Para Severino (2007, p.126), as técnicas de pesquisa, “além de categorial epistemológico preciso e rigoroso, exigem capacidade de domínio e de manuseio de um conjunto de métodos e técnicas específicos de cada ciência que sejam adequados aos objetos pesquisados”.

Para a realização desta pesquisa, adotamos a técnica da entrevista não estruturada e a observação não participante, associada às visitas feitas no CEDOC.

A entrevista não estruturada, [...] visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa (RICHARDSON, 2011, p.208).

A entrevista foi concedida pelo bibliotecário e responsável pelo CEDOC da TV Cabo Branco, a qual foi gravada e transcrita.

A observação conceitua-se como “todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É a etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 2007, p.125). O foco do processo observatório consistiu em analisar as práticas arquivísticas desenvolvidas no CEDOC com o auxílio de um roteiro de observação não participante.

3 ARQUIVO, O OBJETO DA ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E EVOLUÇÃO

De acordo com Rodrigues (2006, p.104), não existe uma única definição de arquivo. Esta declaração baseia-se no fato de que “a conceituação de arquivo mudou em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram; os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem”.

Apresentamos a seguir, as inúmeras definições atribuídas ao termo “arquivo”. Dentre estas, destacamos:

- “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.27).
- “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.27).
- “1- Conjunto de documentos. 2- Lugar ou móvel onde se guardam esses documentos” (FERREIRA, 2001, p.61).
- “Conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família” (RODRIGUES, 2006, p.105).

Em meio a tantas definições da palavra arquivo, percebemos alguns aspectos semelhantes, como a ideia de conjunto de documentos que são produzidos e acumulados para o cumprimento da sua missão numa Entidade. Em contrapartida, a noção de móvel, armário, estrutura física onde os documentos são armazenados também são colocados. Frisamos que nessa pesquisa trabalhamos com o sentido de arquivo como um conjunto de documentos independentemente da sua forma, data, e do suporte material, produzidos e/ou acumulados por uma pessoa, física ou moral, empresa pública ou privada para o cumprimento de uma determinada finalidade, sendo conservados pelos seus responsáveis.

A história dos arquivos e dos suportes contextualiza-se nas Civilizações Pré – Clássicas até aos dias atuais, das placas de argila aos suportes digitais.

Os primeiros arquivos remontam o aparecimento da escrita, onde o homem passou a registrar os fatos que julgavam necessários para conservação e preservação da sua memória e cultura. Vejamos em síntese, a evolução histórica dos arquivos como instituição, do seu surgimento a contemporaneidade.

Segundo Reis (2006), foram achados em Elba, *Lagash, Maari, Ninive, Ugarit*, etc. ao 4º milênio a. C., com a ajuda da Arqueologia, muitos sinais dos primeiros arquivos, os quais se situavam em templos e palácios, pela proximidade das classes dirigentes. “Há autores que defendem que estas estruturas se podem já considerar como verdadeiros Arquivos devido ao tipo de documentação que lá era conservada” (REIS, [S.P.]). O autor supracitado afirma que “descobriu-se que a sua organização tinha já um grau superior, pois encontraram-se [se encontraram] léxicos e catálogos descritivos. [...]. Tudo indica que alguns pressupostos modernos da Arquivística estavam já patentes nos Arquivos das Civilizações Pré – Clássicas”.

Para Schellenberg (2006, p.25), “os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e VI a. C. os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no *Metreon*”. De acordo com Reis (2006) essa palavra surgiu em 350 a.C. designando o Arquivo do Estado Ateniense.

Os primeiros arquivos Greco - romanos foram atribuídos a *Éfialtes*, os quais se localizavam em templos e em dependências do Senado, destacando-se os arquivos de *Gea* e *Palas Atenen* por possuírem leis e decretos do governo, onde cada autoridade possuía o seu *Archeion*, local onde se redigem e conservam os documentos enviados pelo Governo. Já os arquivos romanos eram encontrados no “Templo de Saturno [...], onde se guardavam as *Tabulae Publicae*, que depois se veio denominar *Tabularium*”. (REIS, 2006, [S.P.]).

Como dispõe Reis (2006), a Arquivística sofreu um grande impulso com a cultura romana, pois eram povos muito práticos e dedicavam importância à administração do Império. Tal explicação pode ser atribuída à criação dos *srinia* ou *rationibus*, que cuidava do setor contábil e financeiro do Império, a *ab epistalis*, onde se escrevia as contestações do Imperador, podendo ser consultadas pelo público em geral.

Durante a Idade Média o arquivo passou a representar o espaço ou serviço onde se recolhem documentos de valor, ideia que perdura até hoje.

A queda do Império Romano extinguiu a burocrática administração implantada até então, desfalecendo a saúde pública e o bem comum, sobressaindo o estilo de vida privada. Sendo assim, apenas as pessoas com alto poder aquisitivo (os soberanos) tinham o direito de criar arquivos, não mais existindo a concepção de Arquivo Público, destaca Reis (2006).

No período medieval, a gestão de documentos estava concentrada nas mãos da Igreja, responsável pelo arquivamento e conservação dos títulos, considerada a detentora do saber e da cultura, explica Reis (2006).

A prática da arquivística não estava presente somente na Europa, mas em outros lugares, como por exemplo, na China e no Mundo Árabe. Tal notícia nos faz pensar na dimensão e repercussão que a Arquivologia ganharia mais tarde.

O século XIV marca o aparecimento de vários Arquivos Centrais na Europa (Arquivo da Torre de Tombo – 1325, *Archivo de la Corona de Aragón* – 1318), a descentralização dos arquivos, nascendo então os Cartórios Concelhios, novas tipologias documentais e as primeiras nomeações de arquivistas nas Cortes da Europa. (REIS, 2006).

Na Idade Moderna observamos um novo método administrativo, de característica absolutista e centralizador, surgem os primeiros Arquivos de Estado, resultantes da nova administração e reformas institucionais, provocando ajustamentos metodológicos, sendo frequente a elaboração de normas, regulando os preceitos de rotina arquivística. O Arquivo de Simancas (1540), na Espanha, autorizado pelo rei Carlos V retrata bem esse fato histórico. (REIS, 2006).

A noção e funcionalidade dos arquivos são um dos fatores que representam algumas das mudanças ocorridas na Europa durante a Revolução Francesa em 1789, onde a fundação do *Archives Nationales* na França no mesmo ano e a Lei 7 de *Messidor* configuram-se como grandes marcos para a História dos Arquivos, defende Reis (2006).

A inserção do Estado de Direito, contextualizando os princípios de responsabilidade, de garantia, eficácia e justiça perante a sociedade, atribuiu aos arquivos o papel de assegurar os direitos dos homens, e jurisprudência da atuação do Estado. Não obstante, o Arquivo Central do Estado foi visualizado como Arquivo da Nação de acesso a todos, e não mais como privilégio de uma minoria, se propagando a segurança dos direitos dos cidadãos e a conservação da memória da humanidade, características dos arquivos na contemporaneidade. (REIS, 2006).

3.1 EVOLUÇÃO DOS SUPORTES: EVOLUÇÃO DOS ARQUIVOS

Conforme assevera Schellenberg (2006), o sistema de registro nasceu na Antiguidade, quando os povos sentiram a necessidade de fixarem seus atos em suportes imperecíveis, a exemplo de tijolos de argila, como um meio de preservar a sua memória, servindo também, como fim probatório, desencadeando na humanidade o desejo e à dificuldade de organizá-los.

O período pós - guerra, o sistema capitalista e o aumento da massa documental são os elementos que explicam a transição do suporte papel para os meios tecnológicos, lembrando que suas visualizações só podem ser feitas por um canal de captura, declara Franco (2011).

O termo Suporte, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.159) significa “material no qual são registradas as informações”, ou ainda “material preparado em que as informações podem ser registradas ou fixadas” (CTDAIS, 2014, p.14). É perceptível que o aprimoramento dos suportes foi o subsidio necessário para o estouro de novos gêneros documentais, cujos destacamos alguns no quadro abaixo:

Quadro 1 – Gêneros documentais.

FILMOGRÁFICOS	INFORMÁTICOS	SONOROS	MICROGRÁFICOS
“Documentos em películas e fitas magnéticas de imagem (tapes), conjugados ou não a trilhas sonoras, com bitolas e dimensões variáveis, contendo imagens em movimento (filmes e fitas audiomagnéticas).” (PAES, 2007, p. 29).	“Documentos produzidos, tratados ou armazenados em computador (disquete, disco rígido – <i>winchester</i> , disco óptico”. (PAES, 2007, p. 29).	“Documentos com dimensões e rotações variáveis, contendo registros fonográficos (discos e fitas audiomagnéticas)”. (PAES, 2007, p. 29).	“Documentos em suporte fílmico resultantes da microrreprodução de imagens, mediante utilização de técnicas específicas (rolo, micro – ficha, jaqueta, cartão – janela).” (PAES, 2007, p. 29).

Fonte: Priscila Paiva, 2016.

Como sabemos, os gêneros documentais especificam os arquivos em virtude das suas particularidades, as quais devem ser observadas e respeitadas de acordo com os princípios da arquivística para não descaracterizar a sua natureza.

3.2 ACERVO DE IMAGEM E SOM

O acervo audiovisual é fruto da historização do cinema e da televisão. Embora o nosso estudo esteja voltado para os arquivos audiovisuais da televisão, é importante frisarmos que o cinema também é elemento formador desse gênero documental, pois foi através do choque cultural dessas duas áreas (cinema e televisão) que podemos entender melhor sua origem, não sendo possível separá-las. (BAHIA, 2010).

A expressão “Audiovisual” pode ser entendida como:

‘audiovisual’ tem origem latina, onde áudio ‘vi’, ‘tum’, significa escutar e vídeo ‘vidi’, ‘visum’ significa ver. [...] tem origem Norte – Americana, pois

foi neste país que começou a se desenvolver as primeiras técnicas de som e imagem. No Brasil, somente nos anos 50 esse termo passou a ser utilizado (MIRANDA, 2010, p.15).

O termo audiovisual ainda diz respeito a “sistema, processo, recurso ou meio de comunicação, ou de obra, programa ou mensagem que atingem o indivíduo através da vista e da audição, ou da imagem e do som”. “A obra, programa ou mensagem audiovisual” (FERREIRA, 2001, p.75).

A criação das imagens em movimento teve seus primeiros experimentos na Europa e nos Estados Unidos no século XIX, onde “desenhos em tirinhas de papel eram colocadas em um tambor giratório”, tendo Thomas Alva Edison, a ideia de criar o quinetoscópio em 1880, assistido individualmente (SUROWEIC, 1999 *apud* FRANCO, 2011, p.44). Ainda no fim desse mesmo século apareceram os arquivos audiovisuais, onde o homem passou a ser prova viva dos fatos que acontecem ao seu redor, se tiver a chance de assisti-los por meio das mídias. (Kuyk, 1993). Para Bretas (2008, p.90), “a capacidade de dar visibilidade ao mundo, por meio da cobertura dos eventos mundiais ou locais, coloca os indivíduos como testemunhas oculares da história”.

A evolução do quinetoscópio permitiu a produção do *cinematographo*, aparelho que registrava as imagens em movimento, criada pelos irmãos Auguste (1862) e Louis Lumière (1864), percussores do cinema, nascidos em Bensaçon, nordeste da França (FRANCO, 2011).

Rousseau e Couture (1998) explicam que a preocupação em conservar as imagens em movimento surgiu entre as duas guerras, onde o interesse para a produção das imagens em movimento ocorreu pela comercialização dos aparelhos e das câmaras de vídeo a partir da gravação de um sinal de televisão em banda magnética, com o auxílio de um aparelho de vídeo (*magnetoscópio*), gravado pela companhia *Ampex* em 1956.

Segundo Bahia (2010) em 1970 surgiu o *videotape* (VT), proveniente do imaginário de jovens recém-saídos da universidade, onde desejavam transformar a imagem eletrônica em uma cultura contemporânea, cujos artistas plásticos foram os seus primeiros adeptos. Já Bretas (2008) diz que essa tecnologia surgiu em 1962, mas foi apresentada pela primeira vez nos E. U. A em 1955, durante um Congresso de Locutores de Rádio e Televisão.

4 ARQUIVO ESPECIAL: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADE

O estudo dos arquivos especiais está pautado na Arquivologia e atrelado a evolução dos suportes, advindo de novas técnicas de armazenamento, fundamentadas na informática, criando diversos tipos de arquivo como o audiovisual, o iconográfico e o sonoro.

Segundo Paes (1997) e Franco (2011) os arquivos especiais são aqueles que armazenam documentos de diversas formas físicas (fitas, CD's, discos), entre outros.

Os Arquivos Especiais são oriundos das novas tecnologias, trazendo consigo várias formas documentais [...], aparecendo de forma mais contundente em filmes, fotografias, fitas audiomagnéticas, catálogos impressos e recortes de jornais. É perceptível que se trata de um acervo documental não textual (FRANCO, 2011. p.24).

Os arquivos especiais, “está diretamente relacionado ao suporte dos documentos (forma física), necessitando de tratamento especial no que diz respeito ao armazenamento e processamento técnico. Ex.: Discos óticos (DVD, CD, *blu – ray*, etc.), [...]” (RODRIGUES, [S. d.], p.42). Além dos arquivos especiais, existem os arquivos especializados. Ambos são facilmente confundíveis por suas terminologias. Não se excluem, mas se complementam.

Sobre os arquivos especializados:

- “são formados por documentos resultantes da experiência humana num campo específico – independente da forma física que apresentam. Por exemplo: arquivos médicos, arquivos hospitalares, arquivos de imprensa, [...]” (FRANCO, 2011, p.23).
- “documentos que são produzidos por profissionais de determinada área específica (não levando em consideração a forma/suporte), relacionada à atividade – fim da empresa” (RODRIGUES, [S. d.], p.42).

Portanto, podemos questionar: o documento audiovisual é um tipo de arquivo especial ou especializado? Franco (2011) infere que o documento filmográfico é pertencente aos arquivos especiais, por fazer parte de um gênero documental específico, podendo ser exibido em vários formatos e ter um modelo de arquivamento único. Baseando-se nisso, podemos concluir que o documento audiovisual também é especial, inclusive especializado, pois é resultado da atividade humana na área jornalística.

Com base neste contexto de evolução das tecnologias e dos suportes, os arquivistas vêm tentando trabalhar em harmonia com a tecnologia. (PAES, 1997). Lopes (2009) ressalta que os profissionais da informação, apesar de ainda terem a sua notável presença tratando de documentos textuais em suporte papel, os mesmos também são lembrados com maior frequência para gerir os arquivos especiais, a exemplo dos televisivos e das emissoras de TV, grandes detentores dos acervos em vídeos, negativos, etc.

4.1 CONCEITUANDO O DOCUMENTO AUDIOVISUAL

De acordo com as leituras, observamos a dificuldade da Arquivologia em definir com precisão a expressão documento audiovisual.

Segundo Smit (1996, p.29):

O termo ‘imagem’ abrange um vasto leque de documentos iconográficos ou de ilustrações, [...]. Dado que estes registros, embora semelhantes, não demandam as mesmas lógicas de tratamento documentário – uma vez que suas modalidades de uso são distintas.

Para Miranda (2010), essa dificuldade encontra-se pautada por ser um campo amplo de estudos, chegando a gerar confusões epistemológicas. Já Franco (2007, p.24) diz que é “necessário distinguir o documento filmográfico do audiovisual, o ‘filme’ é feito de película, já o vídeo, em fita magnética”, mistura feita pelas câmeras em HD.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.73, 76) diferencia esse dois tipos de documentos especiais, como sendo o documento audiovisual: “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas ou em movimentos, e registros sonoros, como filmes e fitas audiomagnéticas”. Enquanto que o filmográfico é o “gênero documental que contêm imagens em movimento, com ou sem som, como filmes e fitas videomagnéticas”.

Siqueira (2011, p.1970) apresenta a proposta da fundação da CTDAIS do Conselho Nacional de Arquivos como um caminho a ser percorrido para esclarecermos essa questão.

A especificidade dos arquivos especiais trouxe a tona uma série de discussões sobre o tema, fazendo emergir a ideia da fundação de uma Câmara Técnica que trate esses novos tipos de arquivos, com o objetivo de “identificar, discutir, analisar, propor e estabelecer padrões e procedimentos que pudesse normalizar o tratamento arquivístico desses documentos, bem como estabelecer uma terminologia própria”. Embora, tenhamos o conhecimento de que as

Câmaras Técnicas já realizavam estudos sobre a gestão documental como um todo, ainda não existia uma discussão mais aprofundada sobre os arquivos audiovisuais.

Para sedimentarmos a CTDAIS é fundamental explicar seu elo com o CONARQ, que aborda a lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, mais conhecida como a “Lei de Arquivos”, cuja “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados” (SIQUEIRA, 2011, p.1970).

Segundo Siqueira (2011, p.1970 – 1971) é de competência do CONARQ:

O estabelecimento de diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, propor normas para o aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos, estimular programas de gestão, de preservação de documentos, da implantação de sistemas de arquivos públicos e identificar os arquivos privados de interesse público e social. [...] constituir câmaras técnicas e comissões especiais, com a finalidade de elaborar estudos, normas e outros instrumentos necessários à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados [...], visando identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de segmentos específicos de arquivo, interagindo com as câmaras técnicas.

A aprovação das CTDAIS está subsidiada na Portaria nº 90 do CONARQ em 27 de maio de 2010 em meio ao planejamento explanado e discutido em Plenário da 55ª Reunião Ordinária do CONARQ, datada em 15 de dezembro de 2009.

As atividades executadas pelas CTDAIS estão baseadas na figura de Grupos de Trabalhos (GT), divididos em dois blocos: “GT Audiovisual, GT Iconográfico e GT Sonoro”, responsáveis pelo objeto do gênero documental e “o segundo tem por objeto os eixos temáticos: GT de direito autoral, GT de preservação e GT de tratamento arquivístico”, devendo se reunir periodicamente para alcançarem seus respectivos objetivos, baseados nos Princípios da Proveniência e da Organicidade. (SIQUEIRA, 2011, p.1972 - 1973).

Vale ressaltar que é fundamental enxergarmos a criação das CTDAIS como um fator de extrema importância para o crescimento do arcabouço arquivístico, tendo em vista a escassez de discussões sobre os arquivos especiais e a necessidade de aprofundamento desse estudo.

Em meio às discussões epistemológicas, apresentamos algumas definições encontradas:

- “Conjunto de documentos audiovisuais produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas

atividades” (GLOSSÁRIO DA CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS, ICONOGRÁFICOS E SONOROS – CTDAIS, 2014, p.4).

- “Obras que contenham imagens e sons reproduzíveis, integrados a um suporte” (XAVIER, 2007, p.187).
- “Gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar impressão de movimento, associados ou não a registros sonoros” (RESOLUÇÃO nº 41, de 9 de dezembro de 2014).

A função e a finalidade do arquivo audiovisual assemelha-se a principal finalidade do arquivo tradicional, o qual segundo Paes (1997, p.20) “é servir a sua entidade mantenedora, e sua principal função é manter os documentos organizados e acessíveis para a recuperação das informações”.

Os diversos tipos de formatos das mídias são consequências da evolução dos suportes, em razão à sua durabilidade ou a sua fragilidade, compreendendo desde as fitas audiomagnéticas de tipo U- Matic, *Vídeo Home System* (VHS), Beta Cam, Disco Versátil Digital (DVD), os discos *Blu – Ray*, “novo formato de disco ótico de 12 cm de diâmetro, [...]. Considerado o sucessor do DVD, é capaz de armazenar filmes de muito maior tamanho”, carecendo de uma televisão com tela de cristal líquido, plasma ou *Light Emitting Diode* (LED) para uma exibição eficiente e eficaz (VERGUEIRO, 2010, p.38).

De acordo com a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE, 2016, p.7) podemos concluir que os documentos audiovisuais são considerados arquivos digitais por serem criados por um “conjunto de *bits* que formam uma unidade lógica interpretável por um programa de computador e armazenada em suporte apropriado”.

Além de facilitar a vida das pessoas com a rápida disseminação e recuperação das informações, os arquivos digitais também apresentam desvantagens ao universo informacional. Dentre algumas dessas desvantagens, citamos a autenticidade e a fidedignidade dos documentos digitais, “uma vez que os documentos em formato de papel são dificilmente alteráveis, os digitais são considerados de fácil manipulação. Por esse motivo, questiona-se a veracidade do documento digital” e a obsolescência tecnológica (FRANCO, 2011, p.21). No entanto, não entraremos nesse mérito. Sugerimos outros trabalhos que discutam com maior profundidade esta questão.

5 TELEVISÃO: A PRODUTORA NATURAL DOS DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS

Como sabemos, antes de desenvolvermos qualquer pesquisa na área dos arquivos, especificamente nos centros de documentação instituições/ setores responsáveis custódia dos conjuntos documentais, é necessário conhecer profundamente a instituição produtora dos documentos, de modo a estabelecer as relações orgânicas entre eles.

No que se refere aos documentos audiovisuais, à televisão é considerada a maior produtora desse gênero documental. Considerada como um meio de comunicação de massa, de alta relevância para a sociedade, onde o entretenimento ganha espaço, a televisão vem transformando o homem e conseqüentemente o meio em que este vive. “[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, sobretudo do cinema, tv e vídeo, a imagem acabou por se tornar um elemento central na vida dos homens, além de ser um importante veículo de registro e difusão do conhecimento na sociedade atual” (FRANCO, 2011, p.32).

Formada pelo prefixo “tele” (longe ou ao longe) associado ao termo “visão”, a palavra televisão significa ver a distância (BRETAS, 2008). No dicionário Língua Portuguesa (1999, p.514), podemos encontrar outros conceitos, tais como: “transmissão à distância da imagem de um objeto, por meio de correntes elétricas. [...] Emissora que faz essa transmissão”.

De acordo com Miranda (2010) a televisão surgiu no século XIX a partir das ideias avançadas de cientistas, utopistas, intrigados com a projeção à distância, onde a transmissão de imagens por meio da corrente elétrica, comprovada pelo inglês Willoughby Smith, deu-se em decorrência da descoberta do selênio (elemento químico) pelo sueco Jons Jacob Berzelius em 1817.

Em meio a sua evolução, desde a criação do “*Disco de Nipkow*” em 1884, pelo alemão Paul Nipkow, fazendo com que o “objeto se subdividisse em pequenos elementos que juntos formavam uma imagem”, a transmissão por raios catódicos, desenvolvida em 1906 por Arbwehnelt, as verdadeiras transmissões acontecidas em 1920, num sistema baseado no disco de Nipkow, pelo inglês Jonh Baird, “[...] o primeiro tubo de televisão chamado Orticon, [...] passou a ser produzido à escala industrial a partir de 1945” (MIRANDA, 2010, p.20).

A Inglaterra é considerada o berço da televisão, onde suas transmissões ao público aconteceram em 1936. Logo após, expandiu-se para a Alemanha, Estados Unidos, França e, finalmente chega ao Brasil em 1950, destaca Bretas (2008). Em contraponto, Miranda (2010) explica que a Alemanha foi o primeiro país a fornecer um serviço de televisão pública em março de 1935, sendo a *Bristih Broadcast Corporation* (BBC) inaugurada na Inglaterra em

1936, possuindo 240 linhas, padrão mínimo considerado pelos técnicos, qualificando a imagem como boa e nítida.

5.1 A TELEVISÃO NO BRASIL

A implantação da TV em território brasileiro exigiu uma série de estudos, os quais foram iniciados na década de 1940, atribuindo a Assis Chateaubriand, grande empresário de comunicação do país, na época, o principal mentor dessa conquista. (BRETAS, 2008).

A televisão chegou ao Brasil em 18 de setembro de 1950 com a Rede Tupi de São Paulo, fundamentada em elementos políticos, econômicos e culturais. Em janeiro de 1951 estreou a TV Tupi do Rio de Janeiro, a TV Paulista (1952) e a Record de São Paulo (1953), sendo a 5ª (quinta) nação a possuir uma rede televisiva, posterior aos EUA, França, Países Baixos e a Grã – Bretanha. (MIRANDA, 2010).

É importante ressaltarmos que no período de 1950, a maioria da população localizava-se no campo, sendo a audiência da TV restrita ao público das grandes cidades, devido ao pequeno alcance dos sinais. Logo, possuir uma televisão nessa época representava o *status* do seu proprietário. (BRETAS, 2008).

De acordo com as autoras Bretas (2008) e Bahia (2010), a estruturação da televisão brasileira aconteceu com a aliança formada entre as empresas privadas e as forças políticas que participaram do golpe de 1964. Essa parceria resultou em investimentos de infraestrutura de telecomunicações, como o meio de transmissão micro-ondas, a comunicação via satélite, bem como o nascimento do Sistema Nacional de Telecomunicações operado pela Embratel.

A TV Globo (1965) foi o único grupo televisivo que concentrou a produção audiovisual nacional, considerada a maior beneficiária das novas políticas governamentais. Esta, apoderou-se de ideias e experiências já vividas por outras emissoras televisivas, a exemplo da Excelsior, *Record* e Tupi, tornando-se referência na arte de fazer televisão. (BRETAS, 2008).

Com uma linguagem icônica, onde o código compõe a mensagem midiática, carregando a herança da linguagem cinematográfica, do rádio e do teatro, a TV pode ser identificada pela linguagem, pela composição das suas audiências e pelos meios utilizados para produzir e compartilhar matérias, sendo facilmente confundida com o cinema por fazerem parte do gênero audiovisual e suas historiografias estarem ligadas, embora, ambas as artes terem sido tratadas de modo distinto no Brasil, comentam Bretas (2008) e Bahia (2010).

Em se tratando de funções, Bahia (2010) explana que a televisão é dirigida para a indústria. Para Bretas (2008) esta tem a função de informar, formar e entreter, onde a primeira está em buscar e difundir as notícias, o papel de formadora atribui-se às possibilidades educacionais, enquanto o entretenimento está associado ao divertimento, distração do público. Essas três funções não se separam necessariamente, mas se complementam.

A televisão é um espaço de expressão de ideias, de motivação e com um grande poder de persuasão, a qual vem moldando a sociedade com a ajuda do avanço tecnológico, a exemplo do *zapping* (troca rapidamente de canais de TV, com o uso do controle remoto). (BRETAS, 2008). A TV Digital é outro exemplo que podemos compartilhar para enfatizar as transformações no modo de fazer televisão. Essa inovação partiu da concepção de melhorar a interação do público com os programas, podendo o usuário atuar na produção de mensagens, etc.

A popularização da televisão no Brasil aconteceu independentemente do cinema, no mesmo período em que a Embrafilme passava por crises, levando-o ao seu apogeu, modificou o campo cultural e audiovisual no país. Tal fato pode ser comprovado por uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, onde afirma que 93% das casas brasileiras possuem televisão, superando o número de rádios e geladeiras. Outra pesquisa recente, disponibilizada no portal G1 Pb em 19 de setembro de 2014, de acordo com os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada em 18 de setembro do mesmo ano pelo IBGE, nos mostra que:

O bem durável televisão esteve mais presente nos domicílios da Paraíba em 2013 do que geladeiras e fogões. [...]. Segundo os dados da pesquisa, existe televisão em 97,8% dos 1.214.000 domicílios particulares permanentes do estado. No entanto, só existe geladeira em 95,7% deles e fogão, em 97,4% (ONLINE, 2014).

Esse bem durável tornou-se algo essencial para o nosso dia – a – dia, para a economia do país, bem como para a formação da sociedade, pois consiste em um dos meios de comunicação que auxilia o homem a construir seu pensamento crítico.

A importância da televisão fez nascer o Projeto de Lei de Criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV) em 2004, e o surgimento de uma televisão pública (TV Brasil) em 25 de outubro de 2007. Os serviços de rádio fusão e televisão possuem uma legislação própria no Brasil, cabendo ao Ministério das Comunicações emitirem as permissões para o funcionamento das emissoras locais, e ao Presidente da República o aval de seu caráter regional, declara Bretas (2008).

6 AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS

As práticas arquivísticas estão inseridas na Gestão de Documentos que deve ser aplicada nos arquivos. Tais práticas propiciam o cumprimento da finalidade do arquivo, ou seja, servir a administração, constituindo-se com o decorrer do tempo em base do conhecimento para a memória e para a História.

De acordo com Jardim (1987, [S.p.]) “desde o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada a tenha revolucionado tanto quanto a concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou administração de documentos estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial”.

A gestão documental já era aplicada no final do século XIX, nas organizações públicas dos países, E.U.A. e Canadá. Todavia, os órgãos públicos restringiam-se, apenas a prática de auxílio á pesquisa, envolvidos com a conservação dos arquivos permanentes. (JARDIM, 1987).

A expressão “gestão documental” pode ser entendida como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento”. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.100). Segundo Jardim (1987, [S.p.]) a gestão documental “cobre todo o ciclo de existência dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente, ou seja, trata-se de todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária”.

A necessidade e a importância do gerenciamento dos arquivos estão relacionadas ao avanço da ciência, as inovações da tecnologia e a exorbitância do volume da massa documental acumulada, sem nos esquecermos de que a informação deve ser recuperada facilmente, “interferindo positivamente na organização e administração de arquivos. (RODRIGUES, [S.d.]. p.38).

Quando nos reportamos aos arquivos audiovisuais televisivos, a situação ainda é mais complexa, pois os jornalistas, principais usuários desse tipo de arquivo, necessitam da informação em tempo hábil em razão de suas atribuições profissionais.

Os objetivos da gestão documental compreendem:

possibilitar a produção, administração, controle e manutenção do conjunto documental de forma racional, econômica e eficiente; viabilizar a

recuperação da informação através de ferramentas tecnológicas modernas que facilitam a localização e utilização da informação com eficiência, rapidez e precisão; preservar a memória institucional e otimizar o uso da informação independentemente da natureza do suporte (RODRIGUES, [S.d.]. p.37-38).

Os arquivos audiovisuais carecem de um tratamento diferenciado em seções especializadas. São técnicas apropriadas para as fitas de vídeo e *softwares* de arquivo, exigindo que o arquivista, além de seus conhecimentos na área da Arquivologia conheça outras áreas do saber, a exemplo da Tecnologia da Informação (TI).

Para Lopes (2009) a associação entre a teoria e a prática, se faz necessário para compreender e aplicar a gestão documental.

Os novos gestores da informação arquivística precisam adotar métodos científicos como base para as práticas por eles desenvolvidas. [...] Precisam trabalhar com metodologia explícita em diagnósticos, projetos de pesquisa e de trabalho. Necessitam fundamentar teoricamente as suas decisões. Não se pode aceitar mais o raciocínio circular em que a prática justifica a prática e assim sucessivamente (LOPES, 2009, p. 286).

As práticas arquivísticas necessitam de revisões periódicas para se adequarem as intempéries do nosso tempo, sendo devidamente amparadas por outras ciências, pois “negá-la é colocar-se em uma postura galvanizada a partir do fim do século XIX, desenvolvida no pós-guerra e inadequada aos problemas do mundo atual” (LOPES, 2009, p. 285).

Na visão de Jardim (1987) as limitações de ordem legal e as tradições administrativas são consideradas empecilhos para a reorganização dos sistemas empregados, pois representam alguns dos fatores inibidores que comprometem a adoção dos serviços de gestão de documentos.

6.1 PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS DO CEDOC DA TV CABO BRANCO

A produção audiovisual da TV Cabo Branco é realizada pela equipe jornalística (cinegrafista, repórter, etc.), que ao gravar uma matéria, capta imagens, sonorizadas ou não com o auxílio de câmeras profissionais. Essas imagens são armazenadas num disco X – DECAM, o qual é inserido em uma máquina conhecida como *ingest* pelo editor de imagem, onde são armazenadas. Ao serem ingestadas, o editor de imagem irá acessá-las por meio da Ilha de Edição (setor responsável pela edição de imagem), onde são editadas no Programa

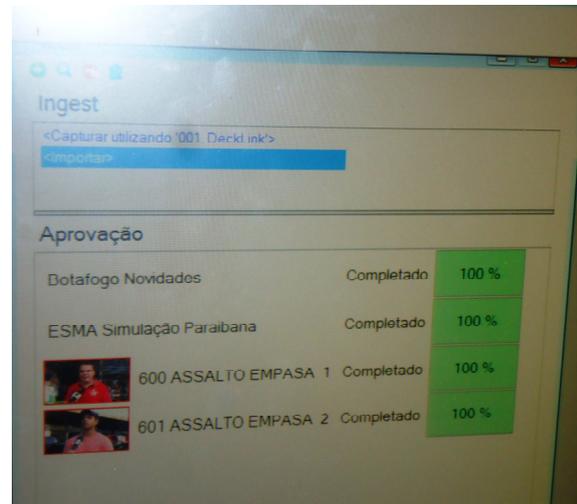
Premiere, conforme as especificações repassadas pelo editor do telejornal para então, irem ao ar.

Foto 6 – Disco X – DECAM.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

Foto 7 – Matérias sendo ingestadas.



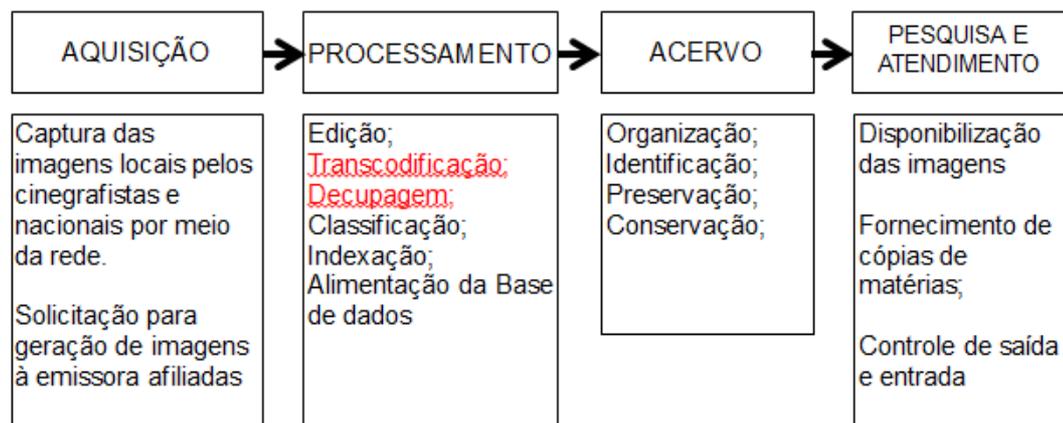
Fonte: Priscila Paiva, 2015.

Depois de exibidas, o funcionário do CEDOC terá acesso a todas as imagens, as quais são inseridas nas pastas dos telejornais, nomeadas pelos títulos das matérias e datadas de acordo com o dia em que foram apresentadas, ligando o CEDOC a Redação do Jornal por meio da rede.

Salientarmos que, apenas as matérias são arquivadas, e não o telejornal na íntegra. Ao todo são cinco telejornais: Bom dia Paraíba, JPB 1ª Edição, Globo Esporte local, JPB 2ª Edição e Paraíba Comunidade.

No fluxograma a seguir, detalhamos as atividades que são desenvolvidas no CEDOC da TV Cabo Branco, desde o processo da aquisição da imagem a sua finalidade.

Fluxograma 1 – Atividades desenvolvidas no CEDOC/ TV Cabo Branco.



Fonte: Caiana (2007, p.29, grifo do autor).

6.2 DESCRIÇÃO DOS ARQUIVOS AUDIOVISUAIS NO CEDOC DA TV CABO BRANCO

Descrever significa “expor, contar minuciosamente; traçar” (RIOS, 1999, p.214). A descrição para a Arquivologia é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais para elaboração de instrumentos de pesquisa”. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTICA, 2005, p.67).

“Vários são os obstáculos práticos e teóricos que vêm até hoje dificultando a absorção dos atributos formais na descrição da imagem”, entre esses o pensamento renascentista, onde “a criação da perspectiva como forma de representação da realidade sensível gera um sentimento de realidade associado à introdução do observador na imagem. [...]. Uma paisagem passa a ser uma paisagem e nada mais”. (CARVALHO; LIMA, 2005, p.102).

Para Carvalho e Lima (2005, p.103), “o procedimento básico de identificação da imagem só é possível quando se consegue circunscrever os motivos e o modo como eles se apresentam, chegando - se assim à chave para o seu entendimento simbólico”, não se admitindo ambiguidades. Santos (2013, p.7) exemplifica essa discussão com a palavra “quadrilha”, que pode ser indexada numa reportagem sobre festa junina ou prisão de criminosos. Logo, aconselha “o uso de qualificadores, modificadores e/ou clarificadores”.

É muito importante ao descrever um documento, fazer a sua indexação. [...]. É essencial, neste sentido, que o documentarista esteja por dentro da linguagem utilizada pelo usuário no momento da busca, [...], no nosso caso, imagens em movimento, atentar para a utilização de sinônimos (CAIANA, 2007, p.41).

Indexar é o “processo pelo qual documentos ou informações são representadas por termos, palavras – chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTICA, 2005, p.107).

A descrição dos documentos audiovisuais da TV Cabo Branco, conforme dados da pesquisa é realizada através das visualizações das matérias exibidas nos telejornais do dia, usando a linguagem natural, pautada nas necessidades e solicitações dos usuários internos (jornalistas, os redatores e editores de imagem).

Devem ser descritas as imagens que são exibidas, mencionando o nome de pessoas, dos locais, ou seja, elementos que auxiliem na busca e recuperação das imagens. “É necessário, como disse Macambyra (2001), que o bibliotecário/ profissional da informação

‘entre’ no documento a ser analisado, ouça- o e visualize- o para então compreendê-lo na sua totalidade” (CAIANA, 2007, p.42). Para Rousseau e Couture (1998, p.238):

Compete a cada um dos serviços de arquivo determinar até que ponto detalhará a descrição que irá conceder a cada documento. [...], a descrição deve conter informações, como o título, a duração, a menção do realizador e do produtor, os elementos do genérico, a língua, o ano e o lugar de produção, o suporte e o formato, a menção cor ou preto e branco, o gênero, os assuntos tratados, os locais e as personagens.

A retranca da matéria (título), a data da sua exibição, o nome do repórter, do telejornal e da cidade onde foi gravada a matéria são os elementos da imagem que são descritos nos campos do Arquivo *Ware, software* de arquivo digital utilizado pelo CEDOC.

Como não é objetivo desta pesquisa ampliar a abordagem sobre a decupagem, mas sim incluí-la no contexto da prática descritiva, torna-se fundamental sua breve explicação. A decupagem nada mais é que, a “descrição detalhada dos movimentos dos personagens envolvidos nas ações [...], durante a decupagem, o ideal é que a indexação se torne exaustiva, podendo ser recuperada pelo termo mais geral em detrimento do específico” (SANTOS, 2013, p.6).

Para se decupar, torna-se necessário assistir à fita gravada, marcando num papel a minutagem, ou seja, em que minutos e segundos da fita estão determinadas cenas, as entrevistas, as participações do repórter, etc. A decupagem serve, assim, para localizar com mais facilidade e rapidez as imagens e sons desejados, na hora de editar o material.

O processo começa sob a orientação do editor responsável pelo programa para que tal fita seja separada por conter imagens que julga muito ‘boas’, que deverão se encaixar perfeitamente em outros vídeos – teipes (VT’s) posteriores, sobre qualquer assunto; por exemplo: uma matéria sobre o Bairro São José, localizado na capital paraibana, contém imagens das ruas do bairro, do Rio Jaguaribe que corta o bairro, dos moradores andando pelas ruas, comércio, escolas, igrejas, etc.; Estas imagens serão, então, separadas e transferidas cada uma para uma fita correspondente ao assunto que trata (rios, pessoas, comércio, cidade, etc.). Caso os editores solicitem imagens de rios de João Pessoa, o material estará disponível em curto espaço de tempo (CAIANA, 2011, p.44).

A seguir, mostramos um modelo de planilha para registro dos dados referentes às matérias da TV Cabo Branco.

Quadro 2 – Modelo de planilha para decupagem.

TIME-CODE	RETRANCA	REPÓRTER	DATA	TEMPO
00:03''	Assalto a Banco	Michele	05.05.07	00:01'20''
00:04'20''	Acidente Trânsito	Huebra	05.05.07	00:00'45''
00:05'05''	Enchente	Hildebrando	05.05.07	00:01'10''
00:06'15''	Tocha do Pan	Huebra	06.05.07	00:01'30''

Fonte: CAIANA, 2007, p. 45

Ressaltamos que apesar do aperfeiçoamento dos suportes (da fita magnética para o Disco X – DECAM), por exemplo, o Programa CEDOC, *software* de arquivo voltado para as fitas, continua ativo e em escala reduzida de uso, por essas ainda estarem presentes no acervo audiovisual da TV.

6.3 MÉTODO DE ORDENAÇÃO APLICADO AOS ARQUIVOS AUDIOVISUAIS PELO CEDOC

A atividade de arquivamento é uma “operação que consiste na guarda de documentos nos seus devidos lugares, em equipamentos que lhes forem próprios e de acordo com um sistema de ordenação previamente estabelecido”, facilitando a organização e a recuperação da informação no arquivo (VALENTINI, 2009, p.7).

Na Antiguidade, os tabletes eram formados por tijolos de argila, e após o seu cozimento sob fôrma, os povos registravam as suas escrituras, empilhando - uns como telhas e o seu conteúdo era disposto nas bordas dos tabletes, facilitando a sua localização e manuseio. (SCHELLENBERG, 2006).

Quanto ao primeiro sistema de arquivamento que foi empregado, Helen L. Chatfield nos conta que:

[...] era ‘simples e primitivo’ e tinha as seguintes características: a) cartas recebidas; b) cartas expedidas; e c) papéis miscelânea. As cartas entradas eram, em geral, enumeradas na ordem do seu recebimento, e dobradas e provavelmente amarradas em pacotilhas. As cartas expedidas eram transcritas em copiadores. Mantinham-se registros, em muitos casos, para ambas as séries, bem como preparavam-se [se preparavam], para ambas, índices, a principio em forma de livros e mais tarde em fichas. Os papéis ditos miscelânea eram, em geral, arquivados em várias séries; algumas relacionavam-se [se relacionavam] com assuntos de administração interna e outras com atividades especiais (SCHELLENBERG, 2006, p.115 – 116).

De acordo com Schellenberg (2006) os tipos modernos de sistemas de arquivamento/ ordenação compreendem: o método numérico (que arquivam as unidades em sequência numérica), o método alfabético (se referem a pessoas, lugares ou assuntos) e o sistema classificado (de ordem racional, de acordo com um esquema de classificação).

Paes (2007) explana que os métodos de arquivamento/ ordenação mais apropriados para o arquivo audiovisual são o numérico simples (a ordenação é feito por números), precisando de um índice alfabético para evitar que sejam abertas duas ou mais pastas com o mesmo número, e o método unitermo, também conhecido como indexação coordenada, o qual vem sendo aplicado com sucesso nos arquivos especiais e especializados. Quanto a este, vejamos:

O método consiste em atribuir a cada documento, ou grupos de documentos, um número em ordem crescente, de acordo com a sua entrada no arquivo. [...]. Uma vez enumerado, procede-se à análise do documento, de onde devem ser destacados todos os elementos identificadores que servirão a pesquisa anterior: nomes, assuntos, fatos [...]. Tais elementos devem ser transcritos em uma ficha - índice, sob a forma de palavras - chave, [...] (PAES, 2007, p.89 - 90).

O método de arquivamento/ ordenação aplicado aos documentos audiovisuais no CEDOC corresponde ao método numérico - cronológico, onde um número de Identificação (ID) é criado automaticamente pelo Arquivo *Ware* quando as matérias são cadastradas. Portanto, compreendemos que a metodologia adotada pelo CEDOC para arquivar/ ordenar seus documentos audiovisuais são compatíveis com os dispostos por Schellenberg (2006) e Paes (2007).

6.4 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL

O Sistema de Informação (SI) pode ser entendido como a interligação de dados que agem juntos no banco de imagens, visando atender as necessidades do usuário, mas para que isso ocorra, é imprescindível estudar e compreender suas reais razões, ou seja, o usuário é o elemento chave para a criação desse SI. (CAIANA, 2007). Carvalho e Pietro (2010) complementam dizendo que, o papel deste está em organizar as informações para um processo de busca informacional eficiente e eficaz.

Os acervos documentais devem ser tratados para quem vai usá-los e as formas de tratamento devem falar a mesma linguagem de seu público.

Diante disso, percebe-se a real importância de se desenvolverem sistemas de busca, de recuperação da informação, seja ela de forma textual, imagética (estática e/ou em movimento) como é o caso do presente trabalho, [...] (CAIANA, 2007, p.36).

De acordo com Carvalho e Pietro (2010) “os acervos não-convencionais, como é o caso de materiais audiovisuais e imagéticos, foram analisados para propor mudanças nos sistemas de informação (SI) que estão disponíveis para a organização de acervos”. Um exemplo de SI é o *Query by Image Content (QBIC)*, sistema de recuperação visual de informação mais conhecido no mundo, criado pela *International Business Machines (IBM)*. O *VIRAGE*, o *VisualSEEK* e *Photobook* são outros exemplos que estão no mercado. (CARVALHO; LIMA, 2005).

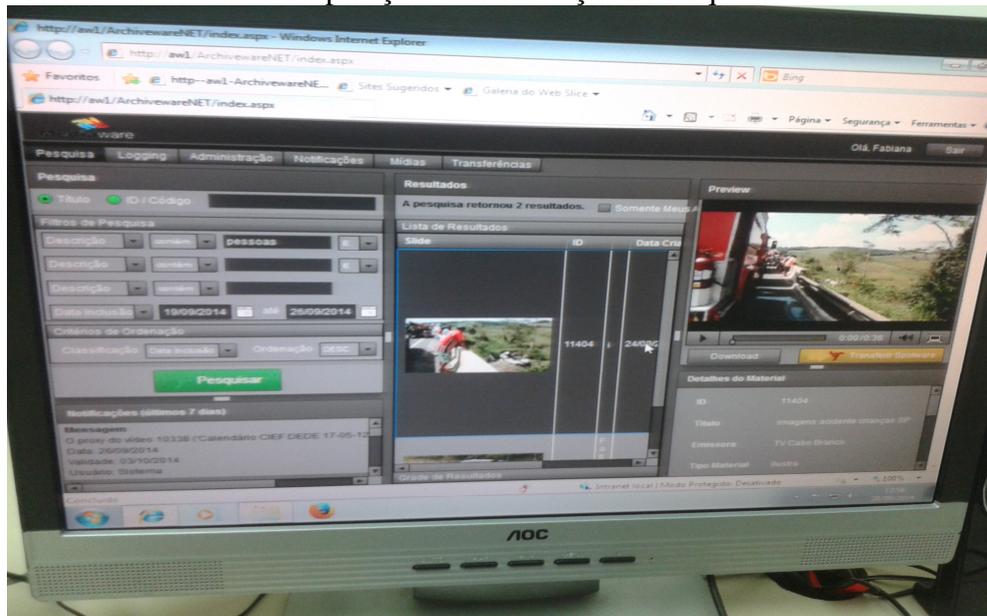
A organização de materiais audiovisuais e imagéticos está presente em diversas empresas e existem sistemas que realizam o armazenamento dessas informações, como é o caso da Rede Globo, que possui um sistema de gerenciamento de seu acervo de filmes, fitas e discos óticos, entre outros, para que o material seja recuperado e reutilizado conforme a necessidade da produção jornalística que a empresa realiza. A análise desse tipo de documento, com intuito de se desenvolver critérios para adequação de sistemas para pequenas empresas de produção publicitária, demonstrou que, apesar de os materiais serem organizados para uso imediato, não se encontra critérios definidos para a organização deste tipo de documento diferenciado baseada nos conceitos arquivísticos (CARVALHO; PIETRO, 2010, p.14).

O banco de imagens da TV Cabo Branco é gerenciado pelo Arquivo *Ware*, *software* de arquivo digital, criado pelo setor de Engenharia numa pequena parceria com o CEDOC, mas que ainda assim, atende as demandas dos usuários.

Segundo Caiana (2007, p.43) “a alimentação do banco de imagens em movimento é feita a partir de frases, termos utilizados pelos usuários, chamando a atenção para a elaboração de instrumentos específicos, principalmente relacionados ao controle do vocabulário”.

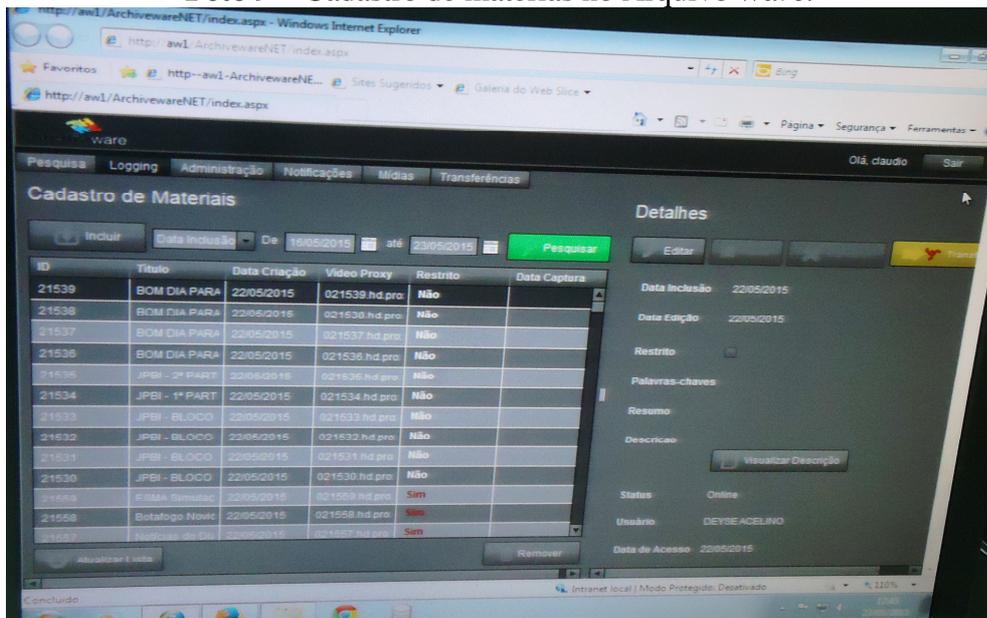
A recuperação de documentos audiovisuais no banco de imagens da TV Cabo Branco, acontece normalmente pelo título, sendo necessário funcionário do CEDOC acessar o Arquivo *Ware*. É importante frisar que todas as informações ao serem cadastradas no sistema *Ware* são enviadas para o CEDOC Digital, um servidor de arquivo, com um HD de grande capacidade de armazenamento de dados, localizado no setor de Informática, de acesso restrito. Portanto, é perceptível a preocupação da empresa quanto à segurança informacional.

Foto 8 – Recuperação da informação no Arquivo Ware.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

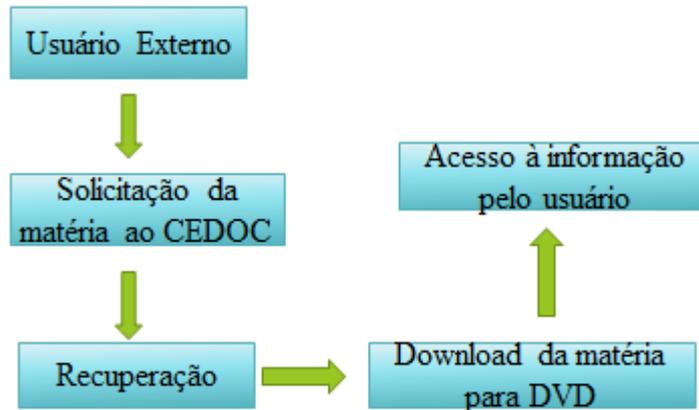
Foto 9 – Cadastro de matérias no Arquivo Ware.



Fonte: Priscila Paiva, 2015.

A recuperação e o acesso do documento audiovisual acontecem de modo distinto em razão dos tipos de usuários. Se esse for externo, deverá solicitar ao CEDOC por meio de Ofício a matéria desejada, que ao ser recuperada é feita o seu *download* para um DVD, permitindo o seu acesso ao usuário. Vejamos no fluxograma abaixo:

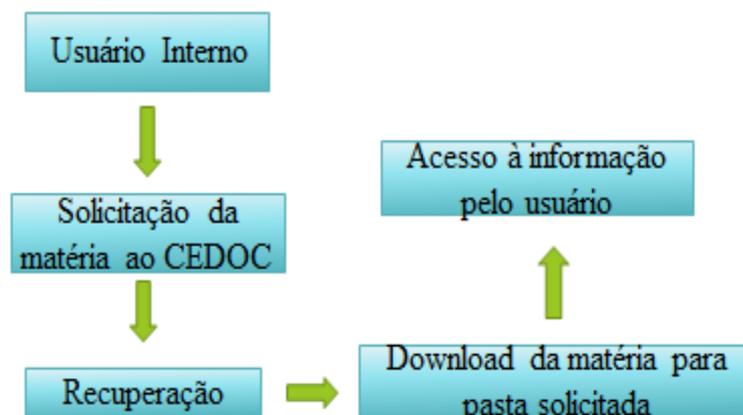
Fluxograma 2 – Recuperação e acesso do documento audiovisual para o usuário externo do CEDOC.



Fonte: Priscila Paiva, 2016.

Em se tratando do usuário interno, essa pode se dar de duas formas: solicitação informal para o CEDOC ou busca direta. No primeiro caso, ao especificar o conteúdo do seu interesse ao CEDOC, este deverá informar à pasta para qual a informação deverá ser copiada. No segundo caso, o próprio usuário poderá fazer a pesquisa e o *download* da imagem, se essa já tiver sido cadastrada e liberada, práticas restritivas aos funcionários do CEDOC que possuem *login* e senha para tal. Frisamos que esse tipo de usuário tem acesso a todas as matérias que foram produzidas durante a semana, antes mesmo de serem cadastradas pelo CEDOC, pois ficam disponíveis na rede por alguns dias.

Fluxograma 3 - Recuperação e acesso do documento audiovisual para o usuário interno do CEDOC.



Fonte: Priscila Paiva, 2016.

O CEDOC também possui um controle especial para os discos X – DECAM que são entregues aos cinegrafistas diariamente para a produção das imagens, onde o foco consiste em

administrar a entrada e saída desse material. Nesse controle contém os seguintes campos: data, número do disco, cinegrafista e devolvido.

Foto 10 – Lista de controle dos Discos X – DECAM

68

DATA	Nº / DISCOS	CINEGRAFISTA	DEVOLVIDO
21/09	51, 50, 48	Silvio Vieira	
21/09	02, 28	José	
22/09	43, 38	Silvio Vieira	
23/09	54	Júnior	
22/09	26, 14	Cardoso	
22/09	58, 60	JUNIOR	58-061
22-8	58, 32, 1	Amagosa	
22/09	25, 35	ELIAS	
22/09	12	José	
11	14, 26	José	
	75, 38	José	
23/09	31, 32, 43	Silvio Vieira	
23/09	54, 60	Júnior	
23/09	13, 14, 50	Cardoso	
23-09	48, 62	ELIAS	
23-9	60, 58	Amagosa	
23-7	58, 32	José	
23/09	14	José	
24/09	14, 31, 51	Cardoso	
24/09	6, 32	Wellington	
24/09	14	ELIAS	
24/09	14	Amagosa	
24/09	14, 34	José	
25/09	32, 06	Silvio Vieira	
25/09/14	26, 50	JUNIOR	
25/09	13, 31	Cardoso	
25/09	62, 58	Wellington	
25	50	Amagosa	
11	51	José	
25/09	48, 50	José	
26/09	54	Silvio Vieira	
26/09	26, 62	Wellington	
26-8	54	Amagosa	

Fonte: Priscila Paiva, 2015.

Para o entrevistado, as dificuldades encontradas para recuperar a informação audiovisual estão relacionadas ao travamento e/ou a lentidão do *software* quando acontece, e a falta de precisão no uso dos termos técnicos, principalmente por parte dos usuários externos que os desconhecem.

Em razão dos obstáculos presentes mundo informacional, os quais implicam em lentidão e/ou na ausência da recuperação e do acesso a informação em tempo hábil, concordamos com o pensamento de Lopes (2009) quando este defende que o método de arquivamento assim como a recuperação da informação, embora sejam procedimentos mais voltados ao empirismo, devem ser registrados em decorrência dos “instrumentos de pesquisa viva”, expressão utilizada pelo mesmo para denominar pessoas que detém na memória o acesso intelectual do arquivo, e que com seu afastamento das atividades laborais, dificulta esse caminhar. Todavia, os documentos audiovisuais necessitam da preparação de fichas que contenham seus dados, ou seja, precisam ser descritos detalhadamente.

7 SUGESTÕES DE APERFEIÇOAMENTO DAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O CEDOC

Em virtude da análise dos dados coletados e do último objetivo específico dessa pesquisa, traçamos algumas sugestões de aperfeiçoamento que poderão ser pensadas, construídas e implantadas no CEDOC da TV Cabo Branco, sedimentando – as cada vez mais nos princípios da Arquivologia, contribuindo para a evolução do setor, e conseqüentemente na excelência dos serviços prestados pela Emissora.

Uma vez que o CEDOC é gerenciado por bibliotecários, profissionais qualificados, sem nos esquecermos de que a Biblioteconomia e a Arquivologia são áreas afins, pertencentes à Ciência da Informação, sendo importante o trabalho interdisciplinar, onde percebemos que essa interação já acontece por meio das práticas bem elaboradas e executadas no CEDOC, cujas já comentamos anteriormente, mas que ainda assim são passíveis de aperfeiçoamentos, sugerimos:

- A contratação do profissional ou estagiário arquivista para integrar a equipe do CEDOC, colaborando satisfatoriamente com a sua visão arquivística sobre as práticas já adotadas e idealizando outras, podendo agilizar, inclusive, o processo de digitalização já em andamento;
- a sensibilização dos gestores e todos que fazem parte da empresa para reconhecerem a importância dos arquivos em geral, e particularmente os audiovisuais, para que assim, promovam treinamentos e cursos de capacitação para os funcionários que lidam com esse tipo de documento, ofertando – os anualmente ou em conformidade com a necessidade da empresa. Logo, os bibliotecários responsáveis pelo CEDOC terão a oportunidade de conhecerem melhor a terminologia arquivística, onde notamos dificuldades no uso de alguns termos;
- quanto à estrutura física, propomos a ampliação e unificação do espaço do CEDOC com a sala dos arquivos de fitas, tendo em vista uma melhor organização do acervo, sem que o funcionário se ausente de uma determinada área quando estiver trabalhando na outra;

- o uso da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) como apoio na prática da descrição que, além de interferir no tratamento técnico feito pela empresa, permite ao pesquisador o uso mais rápido de instrumentos de busca, e “deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas” (NOBRADE, 2006, p.19);
- a criação de um índice alfabético para ajudar na consulta dos documentos audiovisuais e a adoção de um tesauro para facilitar a indexação, o qual minimizará as falhas no momento da busca da informação, causadas pelas ambiguidades dos termos. Essa última sugestão também foi discutida pelo então entrevistado na sua monografia na área da Biblioteconomia em 2007, a qual nos deu subsídios para a conclusão desse trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que os documentos audiovisuais televisivos vêm sendo produzidos em grande escala diariamente, tendo em vista que a televisão se trata de um dos meios de comunicação mais acessível pela sociedade, um recurso tecnológico importante para a vida dos cidadãos, propondo desafios a Arquivologia e às Emissoras de Televisão quanto à organização e recuperação das informações audiovisuais.

Constatamos que o problema de pesquisa e o objetivo geral foram alcançados com êxito, visto o resultado a partir da análise dos dados, onde observamos que as práticas arquivísticas aplicadas aos arquivos audiovisuais pelo CEDOC da TV Cabo Branco, seguem os princípios arquivísticos, carecendo apenas de algumas sugestões de aperfeiçoamento de suas práticas. Tal conclusão é consequência do olhar positivo da Emissora através da Rede Globo, somado ao corpo profissional qualificado (bibliotecários e estagiários da Biblioteconomia) que são responsáveis pela sua administração.

Certificamos que o profissional arquivista ainda enfrenta dificuldades para atuar no mercado de trabalho, onde seu espaço está sendo ocupado por outros profissionais, especialmente os bibliotecários, causando assim, impactos negativos na sua visibilidade pela sociedade. É imprescindível a atuação do arquivista nos Arquivos, pois possuem conhecimentos específicos para o coração arquivístico.

O desenvolvimento das práticas arquivísticas em um acervo audiovisual é um trabalho minucioso e interdisciplinar, o qual requer o comprometimento do arquivista que possua conhecimentos sobre os arquivos de televisão para possibilitar uma gestão documental eficiente e eficaz. Ressaltamos ainda que, todo tratamento técnico é contínuo, pois a todo instante, novas informações são produzidas, solicitadas, etc. fazendo – se necessárias, pesquisas voltadas para os documentos em suporte físico, principalmente nos eixos de preservação e conservação de documentos, devido aos riscos de degradação e obsolescência dos suportes, aperfeiçoando o modo de se fazer Arquivologia.

Com este trabalho acadêmico, pretende-se contribuir com o campo da Arquivologia, haja vista a necessidade de estudos aprofundados acerca dos documentos especiais, especificamente, os documentos audiovisuais, de modo a se fazer conhecer as técnicas aplicadas a este gênero documental, bem como contribuir para a TV Cabo Branco, no que concerne a revelar o potencial informacional do seu acervo, que diz respeito aos fatos e acontecimentos sociais de extrema relevância, e por último, não menos importante, contribuir para a sociedade, usuário final desse tipo de arquivo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2014.

BAHIA, Lia. Formação do campo audiovisual brasileiro: reflexões sobre a relação entre cinema e televisão no Brasil. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 15, n. 23, p.58, semestral, ago. 2010. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/7788-26989-1-PB%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/7788-26989-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**. CONARQ, Rio de Janeiro, RJ, ed. 240, de 11 de dezembro de 2014. Seção 1. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

BRETAS, M. B. A. S. Televisão. In: CAMPELLO, B.S.; CALDEIRA, P. da T. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.89 -100.

CAIANA JÚNIOR, Cláudio Cordeiro. A imagem em movimento: um estudo de caso no CEDOC da TV Cabo Branco. 2007. 59f. **Monografia**. (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#inbox/14696cbb429c21b1>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz de. Banco de imagens: do consumo ao aprendizado. In: ANTUNES, Benedito. (Org.). **Memória, literatura e tecnologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p.97 – 108.

CARVALHO, Nathalia Ferreira de; PIETRO, Laila Figueiredo di. Organização de documentos audiovisuais e imagéticos: uma abordagem em diplomática e tipologia documental. **Monografia**. (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1559/6/2010_LailaDiPietro_NataliaCarvalho.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 29 out. 2015.

FRANCO, Hermes Soares. O cinema como um lugar de memória: uma revisão de literatura acerca da importância do cinema e dos critérios de armazenamento para preservar documentos fílmicos. **Monografia**. (Graduação em Arquivologia) – Curso de Arquivologia, Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GLOSSÁRIO DA CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS, ICONOGRÁFICOS E SONOROS – CTDAIS, 2014. Disponível em: <http://www.documentosaudiovisuais.arquivonacional.gov.br/media/glossario/glossario_ctdais.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

GLOSSÁRIO DA CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.35 - 42, 1987. Disponível em: <<http://arquivar.com.br/site/wp-content/uploads/2007/09/O-Conceito-e-a-Pratica-de-Gestao-de-Documents.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

JORNAL DA PARAÍBA. Rede Paraíba de Comunicação. João Pessoa, [2013?]. Disponível em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/institucional/grupo>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
KUYK, Robert H. J. Egeter van. Mídia audiovisual: como e por quê? **Boletim do Arquivo**, São Paulo, v. 1, n. 1/2, p.29 – 32, jan./ dez. 1993.

LOPES, Luís Carlos. O “coração” das práticas de uma arquivística para o presente. In: _____. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto, 2009.

MIRANDA, Maria Letícia Costa. O tratamento técnico da documentação audiovisual da tv UFG. **Monografia**. (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em:

<<http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4303/2/TCCG-BIBLIOTECONOMIA-MARIA%20LETICIA%20MIRANDA.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

PAES, Marilena Leite. Arquivos especiais. In: _____. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios**, Perú, v. 7, n. 24, [S.P.], abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>>. Acesso em: 9 jan. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Mini dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 1999.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **A teoria dos arquivos e a gestão de documentos**. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <[file:///E:/TCC/Monografia/Textos/A teoria dos arquivos e a gestão de documentos.pdf](file:///E:/TCC/Monografia/Textos/A%20teoria%20dos%20arquivos%20e%20a%20gest%C3%A3o%20de%20documentos.pdf)>. Acesso em: 09 mai. 2015.

RODRIGUES, George Melo. **Gestão de documentos**. Disponível em: <<http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/soltas%20arquivologia.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

ROUSSEAU, Jean – Yves; COUTURE, Carol. Os tipos e os suportes de arquivo. In: _____. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad.: Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Francisco Edvander Pires. Documentos e informações audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da Biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de Data Grama Zero - **Revista de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 14, n. 5, p.1-11, out. 2013. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out13/Art_08.htm>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad.: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. O documento visual sob a perspectiva arquivística: reflexões, estudos e propostas da câmara técnica de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros do conselho nacional de arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3, 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: ARQUIVO NACIONAL, 2011. p.1969 – 1975. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/MARCELO%20NOGUEIRA%20DE%20SIQUEIRA.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

SMIT, Johanna W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.28 – 36, jul. /dez. 1996. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=a+representa%C3%A7%C3%A3o+da+imagem++Johanna+Smit&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=QjbXVqOSCoSWwASL6rnQCg>.

Acesso em: 02 mar. 2016.

TV PARAÍBA. Televisão está mais presente nas casas da PB que geladeira e fogão. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/09/televisao-esta-mais-presente-nas-casas-da-pb-que-geladeira-e-fogao.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

VALENTINI, Renato. Conceitos fundamentais. In: _____. **Arquivologia para concursos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

XAVIER, Priscila de Almeida. Filosofia e princípios dos arquivos audiovisuais. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.187 - 190,2007. Disponível em:

<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342007000200009&lng=en>. Acesso em: 29 mar. 2015.

APÊNDICE A**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

O presente instrumento de coleta de dados será analisado com objetivo de contribuir satisfatoriamente para o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **Desenvolvimento das práticas arquivísticas no acervo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa – PB.**

Esclarecemos que esses dados serão para uso exclusivo desta finalidade, sendo necessária a sua gravação e transcrição posteriormente. Porém, a identidade do entrevistado será preservada, cumprindo assim, a ética profissional.

**ENTREVISTA AO RESPONSÁVEL PELO ACERVO AUDIOVISUAL DA TV CABO
BRANCO****DADOS**

Nome do Entrevistado: _____

Data da Entrevista: ___/___/_____

Nível de Escolaridade: _____

Cargo: _____

- 1 - Como surgiu o arquivo audiovisual da TV Cabo Branco, especificamente o CEDOC?
- 2 - Atualmente, como está estruturado o CEDOC ?
- 3- Como é produzida e armazenada a informação audiovisual?
- 4- Como é feita a descrição das imagens audiovisuais?
- 5- É usada alguma base teórica, a exemplo da NOBRADE para ajudar na prática da descrição dos documentos audiovisuais? Se não, por quê?

- 6 - Qual (is) o (s) método (s) de arquivamento/ ordenação adotado (s) pelo CEDOC?
- 7 - Como a informação audiovisual é localizada? O arquivo possui algum instrumento de pesquisa? Se sim, qual? Se não, por quê?
- 8 - Quais as dificuldades encontradas para recuperar a informação audiovisual?
- 9 - O CEDOC dispõe de algum *software* de arquivo? Se sim, qual? Este pode ser usado por um leigo?
- 10 - Houve a participação dos funcionários do CEDOC no processo da aquisição do *software* de arquivo? Seu uso está sendo satisfatório?
- 11 - A TV Cabo Branco propõe treinamentos e/ ou cursos de capacitação sobre arquivos para os seus funcionários, em especial para aqueles que atuam no CEDOC? Se sim, como funciona?

Obrigada pela atenção e colaboração!

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

Objetivo: Constitui-se como uma ferramenta para auxiliar o pesquisador no ato observatório do fenômeno em estudo. Serão observadas algumas práticas arquivísticas (descrição, método de arquivamento/ ordenação e a recuperação da informação) desenvolvidas no arquivo audiovisual da TV Cabo Branco em João Pessoa – PB. É importante lembrar que o observador atuará, apenas, como um espectador atento e não como se fosse o membro do grupo.

As observações serão anotadas, e se possível, registradas por meio de fotografias, caso a Empresa autorize, por meio do Termo de Sessão de Imagem, encaminhada para a mesma antes do início do processo de observação.

Os pontos a serem observados são:

- 1- A descrição do documento audiovisual;
- 2- o método de arquivamento/ ordenação;
- 3- o processo da recuperação e acesso aos arquivos audiovisuais.